



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 11 – JANEIRO A JULHO/2025

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Ivana Lúcia Franco Cei
Conselheira Presidente

Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)
Membro Auxiliar

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti
Andreza Silva Fernandes Araújo
Servidoras

Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes
Apoio Administrativo



EVENTOS REGIONALIZADOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

A Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) vem desenvolvendo, desde novembro de 2023, projeto nacional para estimular os Ministérios Públicos a realizarem seminários regionalizados e abrangentes sobre mudanças e crises climáticas.

O objetivo é fortalecer a temática em todos os estados brasileiros, aumentar a articulação interinstitucional e divulgar o **manual de atuação** e o **livro de aspectos doutrinários**, preparados pela Comissão. A finalidade é capacitar os membros do Ministério Público para os desafios decorrentes dos desastres socioambientais e dos eventos climáticos extremos.



Como desdobramento da iniciativa, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina promoveu, nos dias 13 e 14 de março, a segunda edição do "Seminário Mudanças Climáticas: Ciência, Lei e Ação para um Futuro Sustentável", realizado pelo Grupo de Defesa dos

Direitos Relacionados a Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas (GEDCLIMA). No centro dos debates, as medidas necessárias à redução de riscos de desastres, diante da urgência de compreender a realidade das mudanças climáticas e a necessidade de aprimorar a governança para enfrentamento de desastres socioambientais e eventos climáticos extremos. Na ocasião, foi assinada a "**Carta do II Seminário Mudanças Climáticas: Ciência, Lei e Ação para um Futuro Sustentável**", visando buscar soluções adequadas para enfrentar os eventos climáticos extremos e os desastres a eles relacionados. As instituições signatárias assumiram o compromisso de fortalecer a integração e a atuação no contexto das mudanças climáticas, promovendo a consensualidade climática como instrumento de efetivação da Justiça Socioambiental.

A promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, representou a Comissão de Meio Ambiente no painel "Ciência,



Tecnologia e Inovação, que teve como tema “Contribuições das soluções baseadas na natureza para a gestão municipal”.

(Informações e Foto: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC).

Outros eventos sobre mudanças climáticas



A presidente da Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheira Ivana Cei, e a promotora de Justiça e membro CMA/CNMP, Tarcila Gomes, concederam

entrevista à Secretaria de Comunicação Social do CNMP, no âmbito do Programa “**Panorama Entrevista**”. A conversa foi publicada no canal do Youtube e nas redes sociais do CNMP no dia 11 de fevereiro. As entrevistadas abordaram a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro diante das questões relacionadas às mudanças climáticas e aos desastres socioambientais.

Veja aqui a íntegra da entrevista.



ENCONTROS RELACIONADOS À TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE



A convite da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESMP), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) participou do Seminário de Proteção aos Recursos Hídricos e ao Rio São Francisco. A iniciativa teve a parceria do Centro de Apoio Operacional de Proteção aos Recursos Hídricos e ao Rio São Francisco – CAOpRH. O evento foi realizado no dia 21 de março, na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, em Aracaju, e contou com a participação de membros e servidores do Ministério Público, além de interessados da sociedade civil.

O evento, concebido com a finalidade de promover a conscientização sobre a importância da água como direito fundamental, além de compartilhar informações relevantes para a proteção e o acesso equitativo a esse recurso essencial, contou com a palestra da promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA/CNMP, Tarcila Gomes, que apresentou as contribuições do CNMP no contexto do Plano Nacional de Atuação do Ministério Público para o Combate à situação de escassez hídrica, desenvolvido pela CMA.

(Informações e Imagem: Escola Superior do Ministério Público de Sergipe).



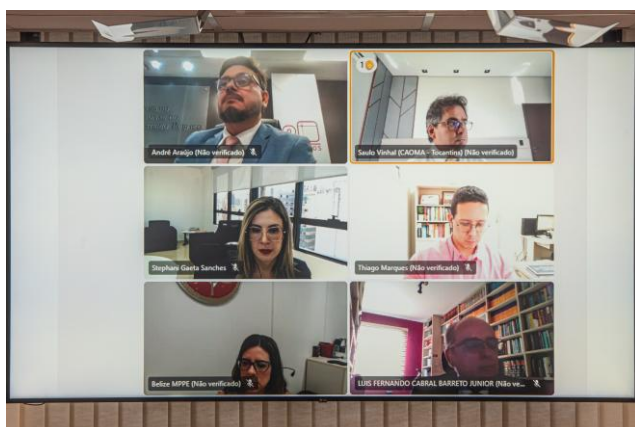
Aplicativo Radar Ambiental



Em 28 de abril, a Comissão de Meio Ambiente do CNMP reuniu-se com representantes dos Ministérios Públicos Estaduais e da União para demonstrar as principais funcionalidades do **aplicativo Radar Ambiental** e esclarecer dúvidas sobre sua operação e implementação.

A condução dos trabalhos coube à Conselheira Ivana Cei, Presidente da CMA/CNMP, e à promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes.

A apresentação do aplicativo e de suas principais funções foi realizada pelos promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Marcelo Moreira e André Luiz Dias de Araújo.



Participaram, de forma virtual, 31 membros do Ministério Público, entre coordenadores e seus representantes. O coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Roberto Carlos Batista,

participou de forma presencial.

O Aplicativo Radar Ambiental foi desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Amapá. A ferramenta permite que qualquer cidadão possa denunciar a ocorrência de crimes ambientais. O CNMP, por intermédio da CMA e da Ouvidoria Nacional, lançou o aplicativo nacionalmente.



Em março deste ano, o aplicativo foi **indicado como finalista do Prêmio Seleção Mobile Time 2025**, na categoria inovação digital. Os vencedores serão conhecidos no dia 20 de maio, durante o **seminário MobiXD**, organizado por Mobile Time.

Atividades Preparatórias para participação do Ministério Público brasileiro na COP-30

A Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) tem promovido esforços para estruturar uma atuação estratégica e integrada dos Ministérios Públicos no enfrentamento das mudanças climáticas, tanto no plano normativo quanto na prática institucional.

Dentro dessa visão, tem acompanhado com grande atenção a organização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em novembro, no Estado do Pará. A CMA/CNMP reconhece a relevância desse evento para o fortalecimento das políticas climáticas e para a construção de estratégias globais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Com o propósito de viabilizar o apoio e participação mais efetivos do Ministério Público brasileiro nesse importante espaço de discussões, a CMA/CNMP realizou reuniões com agentes externos, representantes da Presidência da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), sediada na Secretária de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (15/03), e da Secretaria Extraordinária para Assuntos da COP-30 (SECOP), da Casa Civil da Presidência da República (22/04).

No âmbito interno, estão sendo programados eventos preparatórios à COP-30, voltados para membros do Ministério Público. Os dois encontros preparatórios, promovidos pela CMA/CNMP em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental e outras instituições correalizadoras, acontecerão em agosto, no Ministério Público do Estado do Amapá, e em setembro, em Brasília, na sede da Escola Superior do Ministério Público.





Evento Preparatório para a COP-30 “Construindo Caminhos para a COP-30: O Papel do Ministério Público brasileiro para a Sustentabilidade Climática”, que será realizado nos dias 12 e 13 de agosto de 2025, na Unidade SESI Amapá – Teatro do SESI, em Macapá/AP.



Evento Preparatório para a COP-30 “O Brasil na trilha da descarbonização: atuação estratégica para o equilíbrio climático” em Brasília/DF, que será realizado no âmbito do Circuito CNMP, no dia 11 de setembro, no Auditório do CNMP.

Um terceiro evento, paralelo à realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), será realizado sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), previsto para ocorrer no dia **18 de novembro de 2025**, na cidade de Belém, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) e com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).

A proposta é que o MPPA, enquanto instituição anfitriã entre os Ministérios Públicos na COP 30 e com notório protagonismo regional na agenda socioambiental, lidere a iniciativa, contando com o apoio da CMA/CNMP na articulação nacional e no alinhamento interinstitucional com os demais ramos do Ministério Público, órgãos públicos e entidades parceiras.



PUBLICAÇÕES

Cadernos Ambientais do Ministério Público
Estudos e Estratégias para a Sustentabilidade

Volume 1

Energias Renováveis



VOLUME 1 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DIRETRIZES DE ATUAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O primeiro volume dos “Cadernos Ambientais do Ministério Público: estratégias para a sustentabilidade” aborda a temática de Energias Renováveis e foi desenvolvido pelos integrantes do Núcleo Operacional e de Estudos sobre Energias Renováveis, composto por integrantes do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente.

A obra oferece diretrizes práticas para o acompanhamento desses empreendimentos, abordando aspectos cruciais como ordenamento territorial e zoneamento, licenciamento ambiental, consulta prévia, livre e informada, proteção de

comunidades tradicionais, impactos na saúde e segurança, regulação de empreendimentos offshore, além de medidas de mitigação e compensação. Com as contribuições do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) e da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), as orientações foram desenvolvidas por extensiva pesquisa, consulta a especialistas e análise de experiências práticas, visando oferecer aos membros do MP instrumentos efetivos para garantir que a expansão das energias renováveis ocorra de forma sustentável e socialmente justa.

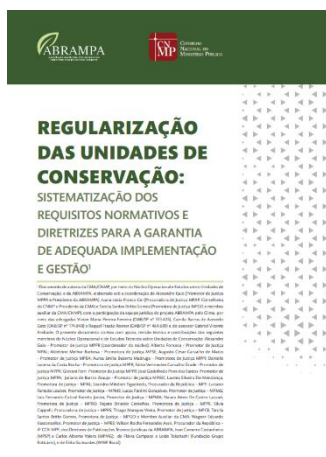


ORIENTAÇÃO PARA A ATUAÇÃO ARTICULADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANTO À REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS (Nos Termos da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10 de 2024)

O documento, de autoria da CMA/CNMP e da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA), aborda os fundamentos legais e doutrinários que respaldam a exigência da reparação integral do dano ambiental, e a destinação dos eventuais valores obtidos por meio



de acordos, multas e penalidades para a reparação do dano ambiental.



REGULARIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: SISTEMATIZAÇÃO DOS REQUISITOS NORMATIVOS E DIRETRIZES PARA A GARANTIA DE ADEQUADA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

O documento, de autoria da CMA/CNMP, por meio do Núcleo Operacional e de Estudos sobre Unidades de Conservação e da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA), foi desenvolvido com a finalidade de sistematizar os requisitos impostos pela legislação em vigor para atestar a regularidade das Unidades de Conservação

federais, estaduais e municipais e sugerir medidas para a atuação estratégica dos órgãos ambientais, Ministérios Públicos e sociedade civil na garantia da adequada implantação e gestão desses espaços especialmente protegidos.

CAPACITAÇÕES, OFICINAS E CURSOS

No dia 14 de abril, na cidade de Fortaleza, a Comissão de Meio Ambiente (CMA), em colaboração com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental, promoveu a **Oficina na temática de unidades de conservação**, no âmbito do XXX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), realizado entre os dias 14 e 16 de abril.



A promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, juntamente com o então Presidente da ABRAMPA, Alexandre Gaio, receberam os presentes na abertura do evento, que contou com a participação de especialistas renomados na temática.

A palestra “Panorama das Unidades de Conservação no Brasil” foi apresentada pelo pesquisador sênior e ex-presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Cláudio Maretti.

Renata Mendes, diretora executiva do Semeia, apresentou a palestra “Experiências Exitosas em Gestão de Unidades de Conservação”.



As oficinas realizadas pela CMA são atividades tradicionais e ocorrem anualmente, reunindo procuradores-gerais de Justiça, coordenadores de Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente, especialistas convidados e membros colaboradores.

A proposta é promover debates qualificados e o intercâmbio de experiências para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na área ambiental.

PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS



O **PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS** entra em sua **5ª temporada**, oferecendo aos membros e servidores do Ministério Público e ao público em geral exposições mensais com temas atuais e relevantes na temática ambiental, por meio do compartilhamento de experiências exitosas do Ministério Público, de

outros órgãos públicos e dos segmentos da sociedade civil.



No dia 09 de maio foi publicado no portal do CNMP o EDITAL nº 01/2025, inaugurando o processo para seleção de interessadas e interessados dentre membros e servidores do Ministério Público brasileiro, para divulgarem seus projetos no Programa “Diálogos Ambientais” da Comissão do Meio Ambiente do CNMP, em seu quinto ciclo.

O certame foi amplamente divulgado na página e redes sociais do CNMP, além do envio da convocação aos Ministérios Públicos Estaduais e dos ramos do Ministério Público da União.

Neste ano, a CMA recebeu 46 inscrições, em sua maior parte, das quais, 94% provenientes das unidades estaduais e ramos do Ministério Público Brasileiro.

Os projetos selecionados também receberão o Selo de Excelência Ambiental, que visa reconhecer e incentivar boas práticas voltadas à preservação e sustentabilidade ambiental.

Os nomes dos palestrantes e projetos selecionados foram divulgados no dia **26 de junho de 2025**, no **portal do CNMP**.

Em 10 encontros que serão realizados entre 2025 e 2026, o Programa Diálogos Ambientais 2025 abordará questões cruciais como:

- proteção da Amazônia e resposta institucional a crises ambientais;
- justiça climática e transição energética;
- regulação hídrica e sustentabilidade;
- biodiversidade e combate ao tráfico de fauna;
- resíduos sólidos, inclusão socioproductiva e agrotóxicos;
- educação ambiental e promoção da saúde;
- consensualidade e reparação de danos ambientais.

Veja aqui a lista dos projetos e palestras selecionados.



PROGRAMA TUTORIAS EM SISTEMAS AMBIENTAIS



Iniciado em abril de 2023, o programa Tutorias em Sistemas Ambientais tem por objetivo compartilhar conhecimentos técnicos e práticos sobre o uso de sistemas de monitoramento remoto e levantamento de dados informatizados, com foco nas plataformas utilizadas por

instituições públicas e privadas de fiscalização e gestão ambiental.

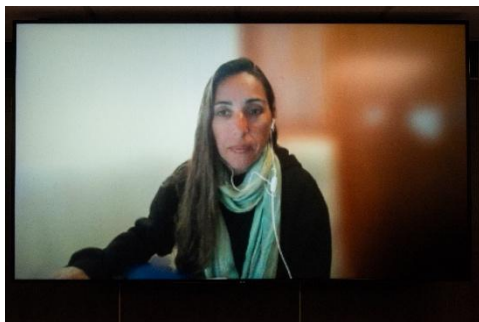
A iniciativa destina-se especialmente a membros e servidores do Ministério Público com atuação nas áreas técnicas de perícia, inteligência e meio ambiente — sobretudo aqueles usuários de sistemas georreferenciados cujos perfis de acesso foram disponibilizados por meio de adesões aos acordos de cooperação técnica firmados pelo CNMP, por intermédio da CMA. Também é voltada a demais interessados na temática, com vistas a fortalecer uma atuação mais moderna, eficiente e especializada dos Ministérios Públicos na seara ambiental.



O primeiro episódio de 2025, realizada no dia 29 de julho, com transmissão do plenário do CNMP para o canal oficial da instituição no Youtube, e teve como temas a plataforma MapBiomias Alerta e o Índice de Democracia Ambiental. As apresentações foram mediadas pelo promotor de Justiça do Ministério Público

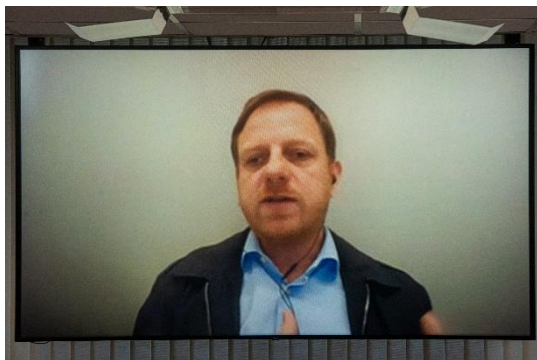
do Estado de Rondônia e membro auxiliar do CNMP, Pedro Abi-Eçab.





refinamento de alertas de desmatamento que utiliza imagens de alta resolução.

Na ocasião, a coordenadora técnica da equipe da Mata Atlântica, Natalia Crusco, e o consultor técnico em geotecnologias Pedro Alves, representantes do Projeto MapBiomias, apresentaram as funcionalidades do **Projeto MapBiomias Alerta**, um sistema de validação e



contemplam, inclusive, contribuições fornecidas pelos Ministérios Públicos, com base em quesitos formulados pela Transparência Internacional – Brasil. O IDA avalia quatro dimensões: acesso à informação, à participação, à justiça e à proteção de defensores promovido pelos estados da Amazônia Legal, o Governo Federal e outros órgãos da União.

Em um segundo momento, o gerente de programas da Transparência Internacional-Brasil, Renato Morgado, tratou do **Índice de Transparência Ambiental (IDA)**, criado pelo movimento Transparência Internacional-Brasil. Foram abordados os métodos, indicadores e os principais resultados alcançados, os quais,

Veja aqui a íntegra das apresentações.

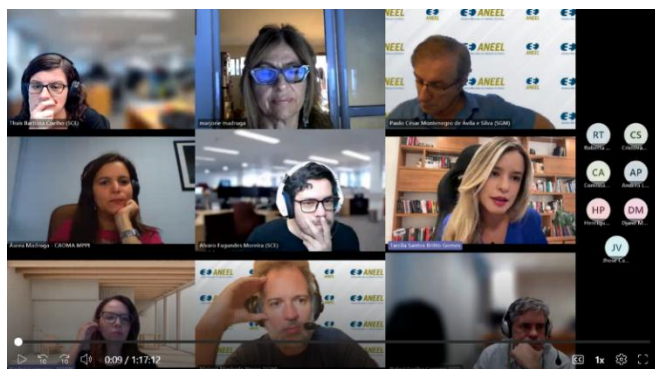


ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
(Portaria CNMP/PRESI nº 228, de 5 de agosto de 2024)

Instituído em agosto de 2024, o **Grupo de Trabalho da CMA/CNMP** tem o objetivo de debater estratégias de atuação do Ministério Público na temática ambiental.

O colegiado é composto por representantes dos Ministérios Públicos Estaduais e dos ramos do Ministério Público da União.

Entre as atividades pelo GT em 2025, especial destaque merecem as atuações do Núcleo de Estudos sobre Energias Renováveis e do Núcleo de Estudos sobre Unidades de Conservação.



Com o propósito de aprofundar os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre Energias Renováveis, foi realizada no dia 19 de fevereiro, reunião com representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), destinada a promover o diálogo entre o

Ministério Público e a Agência, especialmente no que tange às outorgas e impactos socioambientais.

Um outro encontro envolveu representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), ocasião em que foram tratados temas relevantes relacionados à promoção de direitos no contexto do acompanhamento de empreendimentos de energias renováveis.



**ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO SANEAMENTO NAS ESCOLAS -
PROJETO SEDE DE APRENDER (Portaria CNMP-PRESI nº 313 de 04 de
novembro de 2024)**

O Grupo de Trabalho Saneamento nas Escolas – Projeto Sede de Aprender, foi instituído no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA/CNMP) e da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE/CNMP) com o objetivo de desenvolver metodologias e soluções tecnológicas de comunicação digital, pela Internet, para interação e coordenação dos trabalhos relacionados com Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNMP, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Ministério Público do Estado de Alagoas, idealizador do Projeto Sede de Aprender.



Composto por membros auxiliares das duas Comissões, da Presidência do CNMP e da Corregedoria Nacional, além de representantes da ATRICON e do IRB, o GT reuniu-se no dia 19 de março, ocasião em que foram apresentados os dados das escolas sem saneamento com base no

Censo Escolar de 2024 e definidas as estratégias de atuação conjunta entre o Ministério Público e os Tribunais de Contas para o ano de 2025.

No mesmo encontro, unidades e ramos do Ministério Público brasileiro aderiram ao **Acordo de Cooperação Técnica**, que tem como objetivo desenvolver e ampliar as ações do projeto “Sede de Aprender” em nível nacional, visando à amplificação e consolidação das iniciativas para fiscalização e controle da universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico nas escolas brasileiras.





Compuseram a mesa de abertura a Conselheira Presidente da CMA/CNMP, Ivana Cej, e o Corregedor Nacional, Ângelo Fabiano Farias da Costa. A promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA/CNMP, Tarcila Gomes, integrante do colegiado, também esteve presente ao encontro.

Como fruto dos trabalhos desenvolvidos pelo GT, foi lançado o **painel BI sobre os dados disponibilizados pelo Censo Escolar 2024** que retratam o fornecimento de água, de água potável, de saneamento básico e de banheiros nas escolas do Brasil. O anúncio do painel BI ocorreu durante reunião virtual do colegiado, realizada no dia 14 de abril.

No dia 10 de junho, durante a 9ª Sessão Ordinária de 2025 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), **foi apresentado um balanço parcial das fiscalizações presenciais realizadas**, de 2 a 6 de junho, às escolas públicas pelo projeto Sede de Aprender, com foco naquelas sem acesso à água potável, sem água, sem saneamento básico e/ou sem banheiros.

Segundo dados aportados no CNMP até 8 de junho, foram visitadas 2070 escolas em todo o Brasil, impactando mais de 412 mil alunos, sendo mais de 23 mil com alguma necessidade educacional especial.

As informações obtidas reforçam os **dados do painel BI**, desenvolvido a partir do Censo Escolar 2024, que já apontava que mais de 6,6 mil escolas não têm água potável, afetando cerca de 647 mil estudantes. Além disso, 179 mil escolas não recebem abastecimento de água, 357 mil não têm rede de esgoto e 347 mil não possuem banheiros.



Novidade na página da Comissão de Meio Ambiente no portal do CNMP



A **página da Comissão de Meio Ambiente** no portal do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) está com novidades!

Foi criada a aba **"Materiais de apoio dos ramos e unidades do Ministério Público"**, que reúne conteúdos técnicos, orientativos e jurídicos voltados ao fortalecimento da atuação estratégica e integrada do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente.

Os materiais disponibilizados foram gentilmente fornecidos por diversas unidades do MP em todo o país e contemplam:

- **Manuais e guias de atuação institucional**
- **Publicações científicas e normativas**
- **Outros materiais de apoio que possam subsidiar a atuação ministerial na área ambiental**

A iniciativa busca promover o intercâmbio de boas práticas, fomentar o aperfeiçoamento técnico e contribuir para a uniformização e qualificação das ações do MP na temática ambiental.

Acesse e confira os materiais disponíveis.

